CORREIO ECONÔMICO POR MARTHA IMENES



Redução da projeção do IPCA cresce mês a mês

Mercado reduz previsão da inflação para 4,55% no Brasil

A previsão do mercado financeiro para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - passou de 4,56% para 4,55% este ano.

A estimativa foi publicada no boletim Focus, divulgado semanalmente pelo Banco Central (BC) com a expectativa de instituições financeiras para os principais indicadores econômicos.

Alta de 0,48%

Depois de queda em agosto, em setembro a inflação oficial subiu 0,48%, com influência da alta da conta de luz. Em 12 meses, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumula 5,17%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE).

Para 2026, a projeção da inflação permaneceu em 4,2%. Para 2027 e 2028, as previsões são de 3,8% e 3,5%, respectivamente.

A estimativa para este ano ainda está acima do teto da meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para cima ou para baixo.

Selic

Para alcançar a meta de inflação, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros - a Selic - definida em 15% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom). As incertezas do cenário econômico externo e indicadores que mostram a moderação no crescimento.



BC alterou as regras para encerramento de contas

Regras para acabar com contas bancárias fraudulentas

O Banco Central (BC) alterou regras sobre o encerramento compulsório de contas bancárias sem respaldo ou em desacordo com a regulamentação, incluindo as chamadas contas-bolsão. Elas são contas abertas por fintechs em bancos tradicionais, ou seja, operam em nome de terceiros com o objetivo de ocultar a

identificação ou substituir obrigações dos clientes e podem ser utilizadas para fraudes, por exemplo.

Em agosto desse ano, Receita Federal também estabeleceu que as fintechs devem estar sujeitas às mesmas regras dos bancos, no que se refere à obrigação de fornecer informações que levem ao combate a crimes.

Prevenção

"Quando a gente fala de prevenção a fraude, de prevenção ao uso do sistema pelo crime organizado nós temos o compromisso de entender onde podemos atuar para fortalecer a higidez e integridade do sistema financeiro", disse a diretora do BC, Izabela Correa.

Contas-bolsão

O diretor de Fiscalização do BC, Ailton de Aquino, ressaltou que há contas--bolsão legítimas, como contas de instituições de pagamento e de marketplace, por exemplo. Segundo ele, a norma é para enfrentamento aos comportamentos ilícitos, quiçá criminosos.

Encerramento

As instituições bancárias terão a obrigação de adotar critérios para identificar essas contas irregulares, como as contas-bolsão, podendo se utilizar de dados armazenados em bases públicas ou privadas. O BC explicou que, então, os bancos deverão encerrar as contas.

1° de dezembro

A regra entrará em vigor em 1º de dezembro e a documentação relacionada às contas de encerramento compulsório deve permanecer à disposição do BC por, pelo menos, 10 anos. As normas sobre finalização de contas estão em Resolução CMN 5.261 e Resolução BCB 518.

Bancos fazem mutirão para negociar dívidas atrasadas

Iniciativa vai até o dia 30 e envolve mais de 160 instituições

Por Martha Imenes

Consumidores que têm dívidas no cartão de crédito, cheque especial, consignado e outras modalidades de crédito contraídas de bancos e instituições financeiras e que queiram negociar esses débitos têm até o próximo dia 30 para participar do Mutirão de Negociação e Orientação Financeira.

Mais de 160 instituições participam da ação, além de parceiros como o Banco Central, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e Procons. Financiamentos de veículos, motocicletas e imóveis não entram no mutirão.

As negociações poderão ser feitas diretamente com as instituições participantes em seus canais oficiais ou pelo portal ConsumidorGovBr, um serviço público e gratuito que conecta consumidores e empresas para que encontrem alternativas para conflitos de consumo.

Para solicitar a negociação pela plataforma é necessário que o consumidor tenha conta Prata ou Ouro no aplicativo Gov.br. Podem ser negociadas



Mais de 160 instituições participam da ação. Negociações podem ser feitas nos bancos

dívidas desde que estejam em atraso e não tenham bens dados em garantia, ou prescritas.

Segundo a Febraban, o mutirão é uma oportunidade para negociar os débitos em condições especiais, como parcelamento, descontos no valor total da dívida ou taxas de juros reduzidas para refinanciamento.

Também será possível solicitar apoio presencial aos Procons que aderiram ao mutirão para negociar diretamente nos canais digitais dos bancos.

"Para as pessoas superendividadas o fluxo de negociação é diferente, pois exige um maior entendimento das dívidas e apoio do Procon para criação de um plano de pagamento", explica a entidade.

Adesão

Todas as informações sobre o mutirão, assim como a relação completa das instituições participantes e os canais oferecidos pelos bancos para a negociação das dívidas, estão disponíveis

na plataforma Meu Bolso em Dia Febraban. Para aderir ao mutirão é possível acionar diretamente o canal digital do seu

Outra maneira de aderir é fazer o cadastro no site www. consumidor.gov.br, fazer o login, selecionar a instituição com a qual deseja negociar e seguir as orientações. A empresa tem até dez dias para analisar e responder sua solicitação.

Para verificar se tem dívidas em atraso, o consumidor pode acessar um relatório atualizado mantido pelo Banco Central, chamado Registrato.

Se a dívida não for com uma instituição financeira, é possível procurar o Serasa, que também promove o Feirão Serasa Limpa Nome, por meio do qual o consumidor tem a oportunidade de quitar dívidas não bancárias em atraso, e com descontos, contraídas de empresas de varejo, telecomunicações, concessionárias de energia, saneamento, universidade e financeiras.

Outra possibilidade é negociar as dívidas atrasadas nas agências dos correios participantes do feirão.

O que avaliar antes de negociar

Antes de negociar uma dívida com o banco, é essencial entender sua situação financeira, conhecer seus direitos e preparar uma estratégia realista para o acordo.

Aqui estão os principais pontos que você deve observar: 1. Diagnóstico da sua situação fi-

- Liste todas as dívidas: valores, prazos, juros e credores.
- Calcule sua renda líquida e despesas fixas para saber quanto pode comprometer mensalmente.
- Avalie se há possibilidade de pagamento à vista, que costuma

gerar maiores descontos. 2. Entendimento das condições

já foi negativada.

- da dívida • Verifique se há juros abusivos ou
- encargos indevidos. • Confira se a dívida está ativa ou
- Entenda o tipo de contrato firmado (empréstimo pessoal, cheque especial, cartão de crédito etc.).
- 3. Escolha do momento certo para negociar
- Negociar antes da inadimplência pode garantir melhores con-

Limpa Nome ou mutirões de renegociação, que oferecem descontos e parcelamentos facilitados. 4. Estratégia de negociação

aguarde campanhas como Feirão

- Tenha uma proposta clara: quanto pode pagar por mês, se há entrada, número de parcelas.
- Priorize parcelas que cabem no seu orçamento, mesmo que o prazo seja maior.
- Evite aceitar acordos que você não poderá cumprir, pois isso
- pode agravar sua situação. 5. Ferramentas e canais disponí-
- Se já estiver inadimplente, Use plataformas como Serasa

Limpa Nome ou os canais digitais dos bancos para simular acordos.

- Compare propostas entre diferentes canais (agência, telefone, app, plataformas externas). 6. Documentação e registro
- Guarde todos os comprovantes da negociação e do pagamento.
- Leia atentamente o contrato antes de assinar qualquer acordo.
- 7. Seus direitos como consumidor
- O banco deve oferecer transparência nas condições. • Você pode recorrer ao Procon
- ou à Defensoria Pública em caso de abusos ou dificuldades na ne-

Saque-aniversário terá novas regras

As novas regras que limitam a antecipação do saque-aniversário do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) entraram em vigor no sábado (1°). A mudança, aprovada pelo Conselho Curador do FGTS e implementada pela Caixa Econômica Federal, altera o funcionamento dos empréstimos que permitem ao trabalhador antecipar valores futuros do fundo.

Segundo o Ministério do Trabalho, o objetivo é evitar que trabalhadores fiquem desamparados em caso de demissão e reduzir o impacto da modalidade sobre os recursos do FGTS, que também financiam programas habitacionais e obras de infraestrutura.

Atualmente, 21,5 milhões de trabalhadores, o equivalente a 51% das contas ativas do FGTS, aderiram ao saque-aniversário, e cerca de 70% deles já fizeram operações de antecipa-



Objetivo é que trabalhadores não fiquem desamparados

ção junto a bancos.

O que é o saqueaniversário?

Criada em 2019, a modalidade permite ao trabalhador sacar uma parte do saldo do FGTS todos os anos, no mês do seu aniversário.

A adesão é opcional e pode ser feita pelo aplicativo FGTS, no site da Caixa ou nas agências.

Ao optar pelo saque-aniversário, o trabalhador abre mão de sacar o saldo total do fundo em caso de demissão sem justa

causa - mantendo apenas o direito à multa rescisória de 40%.

Como funciona a antecipação?

A antecipação do saque-aniversário funciona como um empréstimo bancário: o trabalhador pede ao banco o adiantamento dos valores que teria di-

reito a sacar nos próximos anos;

Em troca, o banco cobra juros e usa o saldo do FGTS como garantia da operação;

Até agora, não havia limite de parcelas, valor ou número de operações.

Era possível antecipar até 10 anos de saques e contratar mais de uma operação ao mesmo tempo.

O que muda?

Com a nova regra, o governo impõe limites de valor, número de parcelas e prazo de contratação.

Veja as principais mudanças

No primeiro ano, o trabalhador poderá antecipar até R\$ 2,5 mil (cinco parcelas de R\$ 500). Depois, o limite cai para R\$ 1,5 mil (três parcelas de R\$ 500).

Por que o governo fez a mudança?

O Ministério do Trabalho explica que a antecipação tem causado prejuízo a muitos trabalhadores demitidos, que ficam sem acesso ao saldo do FGTS por tê-lo dado como garantia do empréstimo.

"O trabalhador, ao ser demitido, muitas vezes se vê sem recursos, porque o saldo da conta está bloqueado pelo banco", disse o ministro Luiz Marinho, acrescentando que "além disso, a prática enfraquece o FGTS como fundo de investimento em habitação e infraestrutura".

O ministro da Fazenda, Fer-

nando Haddad, também elogiou as restrições, classificando a antiga prática como "uma das maiores injustiças contra o trabalhador".

Como ficará a adesão ao saque-aniversário com novas regras?

O trabalhador pode consultar seu saldo, optar ou cancelar a adesão ao saque-aniversário pelo aplicativo FGTS (disponível para Android e iOS).

Quem quiser aderir à modalidade deve aguardar 90 dias antes de poder pedir a antecipação em um banco.

Caso o trabalhador seja demitido durante o período de antecipação, não poderá sacar o saldo bloqueado — apenas a multa de 40%.